

**ATA – REUNIÃO 30/07/2021 – CEDIND****V- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL**

No dia trinta do mês de julho de 2021, com início às 10h, foi realizada a V Assembleia Ordinária do CEDIND/RJ em caráter on-line (com base no Art. 3º, § 3º do Decreto Estadual nº 47006 de 27/03/20), em caráter excepcional, em razão da pandemia global de Covid -19, novo Corona vírus. Esta Plenária foi transmitida, via videoconferência, através do Aplicativo Zoom Meeting o link da reunião:

videochamada:

(<https://us02web.zoom.us/j/81452586861?pwd=L0hWSnk1WU5helpiUnQxbEJycFRhdz09>), instalado no celular ou no computador que permite a conversa entre os participantes através de vídeos e áudios, da qual em resumo registra-se o seguinte:

**PAUTA**

1. Convite a participação como membro convidado do CEDIND a Dra. Laura Carneiro, representando a SMAS Secretaria Municipal de Ação Social do Rio de Janeiro.
2. Reporte da reunião entre Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa por Washington (SECEC) e Leon (INEPAC) sobre os encaminhamentos da situação do prédio do antigo museu do índio.
3. Aprovação da ata da IV- Reunião Plenária do CEDIND/RJ do dia 25/06/2021
4. Atualização do Plano de Ação CEDIND 2021 pelos coordenadores das comissões temáticas.
5. Encaminhamentos para a CASAI da Ilha do Governador pela Dra. Graciela (SES).
6. Situação do abastecimento de água das aldeias de Maricá pela Maria Oliveira representante da prefeitura no CEDIND.
7. Reporte sobre comitivas indígenas para o “Agosto Indígena” em Brasília por Marize Guarani.
8. Questão sobre a discriminação dos indígenas (na política de ações afirmativas que vem acontecendo na UERJ).

**Informes Gerais:****CONSELHEIROS TITULARES, SUPLENTES E  
CONVIDADOS PRESENTES:**

Carlos Tukano (Presidente do CEDIND), Toni Lotar (AIAM), Graciela Pagliaro (SES), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Matilde Dias (SEDSODH), Marize Vieira (ISPOAJ), Daua Puri (MRP), Carla Albuquerque (Uni Rio), Cristina Penna SUPAM (SEDSODH), Izabel Missagia (UFRRJ), Deusimar Correa (SEDSODH), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty), Nicolas Alexandria (UFRJ), Luis Henrique Pellon (UNIRIO) André Bernardes (DPE), Carmelita Lopes (MRP), Rosangela Nunes (FUNAI), Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita), Roseday Santos (SEEDUC), José Alberto (SESAL).

**JUSTIFICARAM AUSENCIAS:**

Reinaldo Cunha (AULA), Ana Lucia Pontes (FIOCRUZ, Dilmar (AULA)

O presidente Tukano inicia a reunião, dando boas vindas a todos. Marize Vieira (ISPOAJ) solicita a retirada do oitavo ponto de pauta devido a uma reunião que irá ocorrer e o Sergio Ricardo (GRUMIM) inclui na pauta o tema sobre segurança alimentar. Marize Oliveira (ISPOAJ) contribui com a questão do barco (saco de Ma manguá) da aldeia de Arandu Mirim que esta com problemas no motor e informa que

anteriormente já havia se falado da necessidade de se ter um barco maior com motor mais potente e cobra da Comissão de Território uma posição. Sergio Ricardo (GRUMIM) cobra as demandas sobre a segurança alimentar. Graciela solicitou um ponto de pauta sobre a CASAI e informa que pode ser deixado para a próxima reunião devido à extensa pauta que foi apresentada. Sobre a situação do antigo museu do índio (segundo ponto de pauta) o presidente Tukano solicita informações sobre o tema. Toni Lotar (AIAM) contribui que houve uma reunião da SEDSOSH representada pela de Chefe de Gabinete, a Subsecretaria de Direitos Humanos Sra. Luciana, a equipe da SECEC, os conselheiros Washington e Leon do CEDIND, juntamente com um arquiteto, onde a situação foi colocada com todos os depoimentos da equipe do INEPAC que fez a vistoria no prédio do antigo museu juntamente com uma tentativa de contato e diálogo com o pessoal da aldeia resiste. Foi enriquecida com o depoimento da subsecretária Luciana que presenciou no domingo a situação que ocorreu com a família Xavantes presenciando a agressão que foram vítimas a família Xavante que foi expulsa pelos integrantes da aldeia resiste. Toni informou ainda que, como o prédio foi dado no laudo da defesa civil da prefeitura como em risco iminente de desabamento parcial, precisa ser vedado, ter um acordo com a prefeitura que já foi negociado para a revitalização do entorno, refazer o calçamento que está destruído, e que ser construída uma oca virtual que já está planejada. Em relação aos indígenas que estão morando lá, no ato da desocupação o Estado precisa prover local seguro, pois não podem ser colocados para fora na rua. Os indígenas foram atraídos pelo grupo aldeia resiste com falsas narrativas, pois a maioria ou quase a totalidade do grupo aldeia resiste não mora e nem nunca morou no antigo prédio. A Subsecretaria Luciana (SEDSODH) que presenciou a saída da família Xavante relatou que ao tentar apaziguar o conflito acabou sendo agredida pelo grupo aldeia resiste e viu a retirada dos adereços do pajé ao final do dia e retorno para a sua casa. No ato da desocupação o governo do Estado tem que reafirmar os compromissos assumidos no encontro de dezembro de 2013 com 50 lideranças indígenas representativas dos povos do Brasil inteiro no sentido de confirmar seu apoio ao restauro do prédio e sua destinação por decreto do governador a um Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas. A equipe da SECEC solicitou 15 dias para dar um posicionamento. A SECEC não compareceu na presente data a esta assembleia para esclarecimentos quanto a este ponto. André Bernardes (DPE) se compromete que, se houver interesse do CEDIND e omissão do Estado, ele pode fazer os encaminhamentos para a defensoria publica internamente para se adotar uma medida, implementando o que poderia ser feito caso haja uma omissão do Estado. Sérgio Ricardo (GRUMIM) solicita que se relembrem as demandas das atas anteriormente faladas como a questão da aldeia Maracanã e sua complexidade. Que é contra o CEDIND endossar essa ação da Casa Civil e sim aprovar o que foi falado na reunião do mês de junho sobre abrir uma mesa de dialogo com a Defensoria Publica do Estado, com a DPU, podendo o MPF estar presente juntamente com a Casa Civil. Marize Vieira (ISPOAJ) dá sua contribuição sobre a situação do prédio do antigo museu do índio. Sérgio Ricardo (GRUMIN) solicita a proposta de votação sobre a criação da mesa de diálogo (Defensoria do Estado, DPU, MPF, ABA aldeia resiste, IRPH). Após a aprovação de todos fica criada a Mesa de diálogo. Toni Lotar (AIAM) sugere que André Bernardes pela DPE fique como coordenador da mesa de diálogo e que se faça um trabalho paralelo junto com as secretarias do estado, trazendo mais atores para a sua composição fazendo um elo com a DPE. Cristina Penna (SUPAM-SEDSODH) informa que a criação deverá ser uma deliberação, no corpo da deliberação e os artigos onde irá se criar uma comissão para um determinado fim, no artigo que poderá ser no ultimo, entrará quais os órgãos que farão parte - onde o Conselho encaminhe um ofício aos órgãos solicitando o nome da pessoa que irá participar e no último artigo pode se colocar o artigo que irá abrir para que outras instituições possam fazer parte dessa comissão, juntamente com um artigo para convidados. Nicolas Alexandria (UFRJ) sugere que se caso haja suplente na criação da mesa ele fique como suplente da Mariana Paladino (ABA). Toni Lotar (AIAM) pede aos membros da ABA que formalizem a indicação sobre a representação no CEDIND. A pauta sobre as Comissões Temáticas do CEDIND, Carmelita Lopes (MRP) informa que se dispõe a participar de duas comissões e que seu nome não estava constando em ata nas comissões de planejamento, monitoramento e avaliação e da comissão economia solidaria, trabalho e renda. Toni Lotar (AIAM) informa que a partir do momento que um dos membros se voluntaria a participar de uma comissão a adesão é automática. Solicita que os coordenadores das Comissões olhem o documento que foi validado em plenário do conselho em dezembro para ver se os projetos foram previstos e se ainda estão validos, se existe a necessidade de inclusão de algum outro documento, ou se algum membro de alguma comissão possa ser incluído para que na próxima reunião do CEDIND em agosto possam ser repassados e confirmados os projetos e ações para 2022. Encaminhamentos para a CASAI da Ilha do Governador: Graciela (SES) informa que recebeu um ofício MPF sobre informações a respeito do cuidado dos indígenas que estão na CASAI, em função disso foi feito um resgate de um relatório que a SES fez em 2009 a partir de 3 visitas

consecutivas em que já se concluiu que a CASAI não possui as características de uma casa de saúde indígena e sim características de uma casa de abrigo de indígenas e que não está apoiada pelas leis de abrigo de assistência social. Em 2019, com a existência do CEDIND, foi recebido uma solicitação do MPF para uma visita, na qual vários membros do conselho estiveram presentes e foram feitos alguns encaminhamentos e o pedido é que esses encaminhamentos sejam revistos. Toni Lotar (AIAM) sugere que todos os coordenadores de comissões criem um grupo no whatsapp para uma integração maior entre os membros das comissões. Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita) agradece ao CEDIND e contribui informando que a prefeitura terminou o contrato da empresa que fazia o abastecimento de água, conseqüentemente estão com falta de água na aldeia onde tem 150 pessoas no total. Não possui saneamento básico. Solicita que seja feita um documento para ser encaminhado para a SESAI/MPF. André Bernardes (DPE) passou um link da defensoria publica [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm)

informando que possuem um núcleo de tutela coletiva regional onde o 6º núcleo que atende a demanda da região da Mata Verde Bonita. Toni Lotar (AIAM) informa que tem a entrega de um carro pipa fornecido pela prefeitura de Itaipuaçu uma vez por semana, pois estão com problemas de vazamento na caixa de água e por isso a situação do abastecimento desta outra aldeia de Maricá também fica precária. É preciso que a prefeitura de Maricá ou a SESAI forneçam uma caixa com 5.000 litros para poder suprir a necessidade da aldeia. Na situação de Mata Verde Bonita, o abastecimento era feito pela Secretaria de Educação em um contrato geral que atende a todas as escolas que precisam de carro pipa e o contrato venceu e a Secretaria de Educação esqueceu de notificar a Secretaria de Ação Social (onde trabalha a Maria de Oliveira) sendo cortado o fornecimento do abastecimento de água. Informada posteriormente do ocorrido, Maria de Oliveira se comprometeu a quando acabar esse fornecimento de pipa conseguido com o recurso da comunidade com apoio da Comissão Guarani Yvyrupa, que a prefeitura irá retornar a municipal o carro pipa através da Secretaria de Ação Social. Toni informa que está agendando uma visita a Maricá, nas aldeias de Itaipuaçu e Imbassai juntamente com o Sr. José Alberto e um técnico da SESAI que ficará encarregado a atuar nas aldeias do RJ. Com problemas de conexão o Alberto (SESAI) saiu e não conseguiu retornar. Sérgio Ricardo (GRUMIN) contribui que na Aldeia de Araponga foram tiradas fotos para mostrar a precariedade na qualidade de água e que existem ações de baixo custo que podem resolver a situação como conseguir duas tampas para a caixa de água por exemplo. Sugere a produção de um relatório e enviar a DPU, MPF, PGE juntamente com a prefeitura na ausência de ações da SESAI. E informa que gostaria de estar atuando nas visitas técnicas. Carla Albuquerque (UNIRIO) solicita a possibilidade dos indígenas aldeados a participarem dos encontros da Comissão de Saúde. Marize Oliveira (ISPOAJ) informa sobre a organização das comitativas para ida a Brasília e solicita ajuda das comissões que compõe o conselho para despesas relacionadas ao aluguel de dois ônibus para o Acampamento Terra Livre e dois ônibus para a Marcha das Mulheres Indígenas que são eventos distintos. Toni Lotar (AIAM) informa que através da AIAM Associação Indígena Aldeia Maracanã e um grupo chamado Guardiões Huni Kuin fizeram uma campanha de arrecadação e já possui um determinado valor que garante a alimentação na estrada. André Bernardes (DPE) informa que participou de uma reunião com o MPF sobre a questão da segurança alimentar nas escolas onde o link da lei já foi postado acima e que gostaria de saber dos conselheiros o interesse sobre o projeto. Sérgio Ricardo (GRUMIN) mostra a sua opinião em relação ao assunto. Daa Puri (MRP) fala sobre a saúde indígena. Marize Oliveira (ISPOAJ) dá a sua contribuição sobre a segurança alimentar. André Bernardes (DPE) fala sobre o projeto que esta sendo desenvolvido na comunidade de Angra dos Reis e que será estendido a todo Rio de Janeiro sobre a segurança alimentar nas escolas e faz uma solicitação para que as comunidades indígenas que tenham interesse se manifestem fornecendo informações referentes a escolas, quais recebem alimentação escolar e se nessas aldeias quais já existem plantações com agricultura familiar. A ideia do projeto e beneficiar com capacidade técnica e aumentar a produção. Ulisses Damasceno (prefeitura de Paraty) contribui e apoia à questão de segurança alimentar. Toni Lotar (AIAM) apoia à criação de uma Comissão de Segurança Alimentar onde se candidata a fazer parte do grupo, sugere que o Sérgio Ricardo seja o coordenador e que as instituições a seguir façam parte (Secretaria Estadual de Agricultura, FIPERJ, ITERJ, DPU). E que, na próxima semana, já seja agendada a primeira reunião. Marize Oliveira (ISPOAJ) também se candidata para a Comissão de Segurança Alimentar. Após os agradecimentos o presidente Tukano encerra a reunião.

#### **ORDEM DO DIA:**

1 – Barco (Saco de Mamanguá) da aldeia de Arandu Mirim, cobra posição da Comissão de território Marize (ISPOAJ).

- 2 – Demandas e criação sobre Segurança Alimentar (Sérgio Ricardo).
- 3 – Graciela, Carla e Nicolas enviados e corrigidos emails – ok (Matilde).
- 4 – 1,3, 4 e 5 ponto desta pauta será incluído na próxima assembleia no mês 8. (já colocado na próxima) ok
- 5 – Respostas da SECEC/INEPAC sobre o antigo prédio do museu do índio.
- 6 – Repassado aos conselheiros os documentos sobre a CASAI (esta na caixa de email do CEDIND). (enviado 31/07)
- 7 – Deliberação sobre a criação de uma mesa de dialogo com a Defensoria Publica do Estado/NUCORA, com a DPU, podendo o MPF, Casa Civil, aldeia resiste, IRPH – Sérgio Ricardo (GRUMIN).
- 8 – Matilde enviar para o Dr. André Bernardes todos os documentos necessários para a criação da mesa de diálogo.
- 9 – Encaminhamentos de 2019 sobre a CASAI – Graciela (SES) ok 30/07
- 10 – Criação de grupos de whatsapp dos grupos de comissões. Toni Lotar (AIAM).
- 11 – Documento sobre o abastecimento de água na aldeia de Maricá para a SESAI/MPF Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita).
- 12 – Criação da Comissão de Segurança Alimentar tendo como Sérgio (GRUMIN) o coordenador.